



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

**NOTAS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO  
ASSISTENTE SOCIAL NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**  
NOTES ON THE PRECARIZATION OF SOCIAL WORKERS LABOR IN  
HIGHER EDUCATION TEACHING  
NOTAS SOBRE LA PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DEL  
TRABAJADOR SOCIAL EN LA DOCENCIA DE LA EDUCACIÓN  
SUPERIOR

## RESUMO

O presente artigo busca promover reflexões sobre o trabalho docente dos assistentes sociais nas instituições de ensino superior. Propõe-se, neste sentido, problematizar a configuração dos vínculos trabalhistas aos quais estão submetidos os assistentes sociais que trabalham na docência. Para o alcance do objetivo mencionado, utilizou-se da pesquisa de natureza qualitativa, fazendo uso da pesquisa do tipo bibliográfica para a discussão das categorias de análise que envolvem o objeto de estudo aqui apresentado. Além do levantamento bibliográfico, que aborda as principais categorias de análise envolvendo o objeto de estudo, foi realizada a pesquisa documental a partir da análise dos documentos produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a fim de serem evidenciados os dados sobre o ensino superior no contexto brasileiro. A partir do estudo realizado é possível perceber que o assistente social, enquanto trabalhador da docência do ensino superior encontra-se sob a lógica da precarização e da fragilização dos vínculos trabalhistas.

**Palavras-chave:** Serviço Social; docência; neoliberalismo.

## ABSTRACT

This article seeks to promote reflections on the teaching work of social workers in higher education institutions. In this sense, it proposes to problematize the configuration of the labor ties to which social workers who work in teaching are subjected. To achieve this objective, qualitative research was used, employing bibliographic research to discuss the analytical categories involving the object of study presented here. In addition to the bibliographic survey, which addresses the main categories of analysis involving the object of study, documentary research was carried out based on the analysis of documents produced by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), in order to highlight data on higher education in the Brazilian context. From the study conducted, it is possible to perceive that the social worker, as a higher education teaching worker, is subject to the logic of precariousness and the weakening of labor ties.

**Keywords:** Social Work; teaching; neoliberalism.

## RESUMEN

El presente artículo busca promover reflexiones sobre el trabajo docente de los trabajadores sociales en las instituciones de enseñanza superior. Se propone, en este sentido, problematizar la configuración de los vínculos laborales a los que están sometidos los trabajadores sociales que se desempeñan en la docencia. Para alcanzar el objetivo mencionado, se utilizó la investigación de naturaleza cualitativa, haciendo uso de la investigación de tipo bibliográfica para la discusión de las categorías de análisis que involucran el objeto de estudio aquí presentado. Además del levantamiento bibliográfico, que aborda las principales categorías de análisis referentes al objeto de estudio, se realizó una investigación documental a partir del análisis de los documentos producidos por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP), con el fin de evidenciar los datos sobre la educación superior en el contexto brasileño. A partir del estudio realizado, es posible percibir que el trabajador social, en tanto trabajador de la docencia en la educación superior, se encuentra bajo la lógica de la precarización y del debilitamiento de los vínculos laborales.

**Palabras clave:** Trabajo social; docencia; neoliberalismo.

## 1 INTRODUÇÃO

Preparar e ministrar aulas, elaborar e corrigir provas, ler, estar atualizado, participar de seminários, realizar pesquisas, promover projetos de extensão, publicar artigos, participar de bancas de trabalho de conclusão de curso, orientar monografias. Estas são algumas atribuições direcionadas aos docentes que atuam nos cursos de Serviço Social em instituições de ensino superior privado.

Acredita-se que a execução de tais atividades pode ser prejudicada em decorrência, principalmente, da precária relação de trabalho a qual está submetida a maior parte dos professores de Serviço Social da iniciativa privada. O docente, geralmente, é contratado como “horista”, ou seja, seu salário é constituído somente pelas horas de aula que ele(a) ministra. Neste contexto, as horas dedicadas ao planejamento das atividades acadêmicas, bem como outras tarefas que também fazem parte da docência, como elaboração e correção de provas, não são tarefas remuneradas. Vale ainda ressaltar que o valor da hora/aula paga a estes profissionais, muitas vezes, é irrisório, delineando, desta forma, o quadro ideal para que estes profissionais busquem se inserir em várias faculdades, a fim de complementar sua renda pessoal e familiar.

Neste caso, parece-nos salutar destacar os preceitos marxistas, que nos alertam que o capital encontra-se sempre na busca incessante por lucros, e uma de suas estratégias para atingir tal objetivo é a exploração do trabalho excedente, pois, diferente de outras mercadorias, a força de trabalho constitui-se para o capital a base elementar na criação de valor. Por isso, ao capital, interessa aumentar,

o tempo de sobretrabalho da massa mediante todos os recursos da arte e da ciência posto que sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de sobretrabalho, uma vez que seu objetivo é diretamente o valor e não o valor de uso” (Marx, 1986, p. 229).

Com a expansão do ensino privado em Serviço Social, que será exposta ao longo deste artigo, percebe-se que muitos assistentes sociais passaram a atuar como professores nestes cursos, seja pela identificação com o trabalho docente ou pela possibilidade de melhorar a sua renda, através da conciliação de dois empregos ou mais. Estes profissionais, na perspectiva de uma melhor remuneração, muitas vezes, encontram-se vinculados a duas ou três faculdades, dedicando-se, assim, somente à docência. Outros, por sua vez, continuam exercendo a função de

assistente social, em instituições públicas ou privadas, e complementam seus salários com o trabalho docente.

Contudo, acredita-se que executar com êxito todas as imputações que o cargo de professor exige é uma tarefa demasiada difícil, principalmente, quando se está em mais de uma instituição de ensino, uma vez que a docência não se limita aos atos de preparar e ministrar aulas.

Portanto, pelo exposto e pelo entendimento de que a qualidade da formação oferecida pelas instituições de ensino superior encontra-se intimamente vinculada ao processo de qualificação de seus docentes, seja através da pesquisa, da participação em eventos científicos, entende-se a relevância de apreender como a configuração dos vínculos de trabalho desses profissionais, uma vez que entende-se que esta reverbera de forma direta na qualidade do ensino.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o referencial teórico a base epistemológico de um trabalho científico e entendendo-o como um diálogo organizado entre as ideias de autores de destaque, através dele, busca-se a sustentação do conhecimento almejado ancorado na cientificidade. Neste sentido, esta análise articula os preceitos da categoria docência e seus rebatimentos na categoria profissional de assistentes sociais, no contexto neoliberal.

### 2.1 A docência como possibilidade de trabalho para o assistente social

O Serviço Social, historicamente, tendo em vista o contexto de seu surgimento e expansão, foi considerado, durante muito tempo, vocação. Todavia, atualmente, é considerado uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e regulamentada, no Brasil, pela Lei n.8.662, de 7 de junho de 1993. Neste contexto, para tornar-se um assistente social é necessário concluir um curso de nível superior em Serviço Social.

O Serviço Social, conforme afirma Fraga (2010), é uma profissão reconhecida na sociedade na medida em que é socialmente necessária e exercida por um grupo social específico, uma categoria profissional que compartilha um sentimento de pertencimento e possui uma identidade profissional.

Nesta perspectiva convém destacar o pensamento de Prates (2003), para esta estudiosa, o Serviço Social deve ser considerado um trabalho, pois apreendê-lo enquanto tal significa considerar os elementos que integram o processo de trabalho dos assistentes sociais como partes indissociáveis, reconhecendo que o assistente social é um profissional que desenvolve um processo de trabalho: “O trabalho do assistente social na sociedade capitalista produz um valor de uso (o serviço oferecido ao usuário, aos grupos, à comunidade, às organizações e às instituições) e um valor de troca (preço pago por este serviço no mercado de trabalho)” (Prates, 2003, p.108).

O profissional de Serviço Social tem como objeto de sua intervenção a questão social e suas expressões, sob o intuito de contribuir para a redução das desigualdades sociais, bem como para o fortalecimento dos sujeitos, sob o ponto de vista da democratização, autonomia e acesso aos direitos.

O assistente social, sob esta lógica, exerce suas atividades nas mais diferentes áreas e junto aos mais diversos segmentos populacionais. Com relação aos espaços sócio-ocupacionais, este profissional pode atuar, por exemplo, em entidades de natureza pública ou privada, tais como prefeituras, hospitais e escolas.

A lei que regulamenta a profissão em discussão, Lei n. 8.662, de 07 de julho de 1993, estabelece as balizas de ação para seus trabalhadores e, além disso, explicita as suas competências e as suas atribuições privativas. Uma destas atribuições privativas trata-se do magistério de Serviço Social, em nível de graduação e pós-graduação.

Tão logo, com a ampliação dos cursos de nível superior em instituições privadas, a docência aparece como mais uma possibilidade de espaço de trabalho para o assistente social.

Neste contexto, a seguir, faremos algumas considerações sobre este processo de expansão dos cursos de ensino superior no contexto brasileiro e sua relação com o modo de produção capitalista e com o Estado Neoliberal, retratando suas consequências expressas nas relações de trabalho impostas aos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

## 2.2 O estado neoliberal, a mercantilização do ensino superior no Brasil

Antes de retratarmos as repercussões do neoliberalismo e da mercantilização do ensino superior sobre o trabalho docente, convém, inicialmente, definirmos o conceito de trabalho abordado neste projeto. Para tanto, nos apropriamos das ideias de Marx para procedermos tal definição.

Segundo Marx (2004), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 29). Tão logo, a perspectiva marxista compreende que o trabalho pertence somente ao homem, tendo em vista sua capacidade de idealizar, na consciência, objetivos antes de concretizá-lo por meio da transformação da matéria natural. Ou seja, há um processo de objetivação do sujeito em relação ao objeto a ser transformado, tal aspecto é o que assegura que o trabalho se realize e que se diferencie das atividades naturais executadas por outras espécies de seres vivos.

Netto e Braz (2007), no que se refere à categoria em análise, afirmam que trabalho é uma atividade socialmente constituída e que não transforma apenas a matéria natural. Para os autores, o trabalho constitui-se, também, um processo de constituição do ser social. Assim, através do processo de humanização, o homem se difere da natureza e torna-se natureza historicamente transformada por mediação do trabalho.

De acordo com Bosi (2007), ao levarmos em consideração as transformações ocorridas no mundo do trabalho que tiveram repercussões sobre as atividades docentes no Brasil, devemos vislumbrar como marco de tais mudanças a crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional, por volta da década de 1970.

A crise supracitada foi marcada pelo cancelamento da prolongada fase de expansão econômica do capitalismo, que pôs de lado as políticas Keynesianas, e que teve como marca a diminuição das taxas de lucros das grandes corporações multinacionais e transnacionais. Neste sentido estabeleceram-se, segundo Gutierrez, Long e Parga (2004), as condições necessárias para a contra-ofensiva do capital sob a forma do modelo neoliberal e da globalização.

Nesta perspectiva, convém destacarmos o pensamento de Marx (1981). Para o autor, as baixas nas taxas de lucro encontram explicação no próprio processo de acumulação do capital, pois ao aumentar os níveis de produtividade e de competição, eclodem as crises, que são superadas, mesmo que de forma temporária, através de 3 (três) mecanismos, a saber: da destruição de parte dos meios de produção disponíveis; do aumento da taxa de exploração sobre o trabalho; e por fim, da exploração, por parte do capital, de ramos recém-abertos ou recém-submetidos ao modo de produção capitalista.

Segundo Oliveira (1976), no Brasil, principalmente depois de 1964, a acumulação capitalista teve como base uma legislação trabalhista que permitia a exploração da classe trabalhadora, expressa, por exemplo, na precarização e na flexibilização das relações de trabalho.

Sob esta lógica, para Anderson (1996), o receituário neoliberal aponta como solução para a crise: a manutenção de um Estado forte, mas somente no que se refere ao controle das lutas sindicais e dos gastos públicos; a elevação das taxas de juros; as elevadas taxas de desemprego, sob o intuito de manter um exército reserva de mão de obra barata e disponível; as privatizações; por fim e, principalmente, a redução dos gastos públicos.

De acordo com Bosi (2007), o último aspecto supracitado tem definido as características do trabalho docente no Brasil, pois estabeleceu a expansão da educação superior pela via privada e introduziu, nas IES públicas, uma tendência cada vez mais predominante – a mercantilização do trabalho docente materializada, por exemplo, no crescimento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos.

Expressão também de uma ordenada tendência mundial de reforma sobre os direitos sociais e funções do Estado (Chauí, 1999), a Política voltada para a mercantilização da educação superior tem sido irradiada para toda América Latina pela atuação do Banco Mundial ao longo da década de 1990 (World Bank, 1994). Desde então, a ideia de que a educação deveria ser encarada como “Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado” passou a orientar a ação do Estado em relação às Universidades públicas (nos âmbitos federal, estadual e municipal) (Bosi, 2007, p.1507).

Bosi (2007) afirma, ainda, que uma consequência prática dessa política começou ser mais nítida por volta da primeira metade da década de 1990, quando a relação de matrículas em cursos presenciais oferecidos por IES privadas e públicas aumentou significativamente em favor das primeiras. “Se até a década de 1980 cada

setor ficava com 50% das matrículas realizadas, no final da década de 1990, esta relação foi de 70% para 30% em favor das IES privadas” (p.1507).

A estrutura contemporânea do ensino superior no Brasil é caracterizada por uma acentuada assimetria entre as redes pública e privada, consolidando uma tendência de expansão mercantil iniciada na década de 1990. Segundo os indicadores do Censo da Educação Superior de 2022, essa disparidade atingiu patamares históricos: do volume total de matrículas no país, apenas 12% encontram-se na esfera pública, enquanto a rede privada detém a hegemonia de 88% dos vínculos estudantis (INEP, 2023).

### 3 METODOLOGIA

Desvendar a realidade, as situações da vida cotidiana, em sua complexidade e múltiplas manifestações, apresenta-se como uma tarefa árdua e requer uma metodologia que torne possível a apreensão do fato a ser investigado.

De acordo com Bourdieu (2001), constituir um objeto científico é, antes de qualquer coisa e, sobretudo, romper com o senso comum, com representações partilhadas por todos. Tendo como referência esse entendimento, estudar a precariedade nas relações de trabalho dos assistentes sociais que são docentes dos cursos de Serviço Social da iniciativa privada exige de nós um olhar que supere a superficialidade deste problema.

Na busca pela apreensão dos fatos em sua essência, conforme alerta Bourdieu (2001), muitas vezes, nos deparamos com alguns desafios que exigem de nós uma maior cautela, a exemplo, podemos citar o fato de termos como objeto de análise o mundo social do qual, ao mesmo tempo, somos produto e retiramos nossos problemas, conceitos e instrumentos do conhecimento.

Embasados neste pensamento, acreditamos que a definição dos procedimentos metodológicos apresentou-se como uma etapa fundamental na constituição do conhecimento alcançado. Assim, destaca-se a adoção da pesquisa de natureza qualitativa por considerá-la a mais adequada para analisar a realidade discutida.

Para o desenvolvimento do estudo lançou-se mão das pesquisas documental e bibliográfica, expondo a produção bibliográfica existente que retrata as categorias que envolvem o objeto de pesquisa, a investigação: Trabalho, Serviço Social, Neoliberalismo e Capitalismo.

Por fim, a investigação pautou-se em um levantamento documental sistemático, ancorado nos relatórios e notas estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Tal procedimento permitiu o mapeamento e a análise quantitativa das métricas que definem o panorama atual da educação superior no território nacional.

#### 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Este fenômeno de privatização do acesso reverbera diretamente na organização do trabalho docente. A necessidade de suprir a demanda crescente no setor privado impulsionou a força de trabalho acadêmica que, em termos quantitativos, evoluiu de aproximadamente 109 mil funções na década de 1980 para um contingente de 397.022 postos de trabalho em 2022 (INEP, 2023). Desse total, o setor privado responde por mais de 213 mil dessas funções docentes, evidenciando o deslocamento do eixo empregatício para as instituições de ensino com fins lucrativos.

No que tange à natureza dos vínculos laborais, o cenário atual aponta para uma redução proporcional do pluriemprego em comparação ao início da década passada, ainda que permaneça significativo. Em 2022, 10,5% do corpo docente nacional possuía vínculos em mais de uma Instituição de Ensino Superior (IES). Ao analisar a distribuição administrativa desses profissionais multivinculados, nota-se que 51% atuam exclusivamente em múltiplas IES privadas, 39% dividem-se entre os setores público e privado, e apenas 10% mantêm vínculos restritos a diferentes instituições públicas (INEP, 2023).

A disparidade mais crítica, contudo, reside na qualidade e estabilidade dessas relações de trabalho, manifestando processos de precarização e flexibilização funcional. Enquanto o regime de dedicação integral é a norma no setor público — abrangendo 87% de seu corpo docente —, a rede privada apresenta uma realidade distinta. Nesta última, apenas 28,3% dos professores atuam em regime de

tempo integral, prevalecendo contratações por tempo parcial ou horistas (INEP, 2023). Tal configuração sinaliza um modelo de gestão docente voltado à otimização de custos e à redução do envolvimento do professor com as dimensões de pesquisa e extensão, pilares fundamentais da indissociabilidade acadêmica.

Neste contexto, convém suscitar as ideias de Alves (2007), que desenvolveu uma análise sobre o conceito de precariedade e precarização. Segundo este estudioso, a precariedade refere-se a uma “[...] condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social” (Alves, 2007, p. 113). Neste sentido, trata-se, sob a perspectiva do autor, de uma condição histórico-ontológica do trabalho que, ao se constituir como mercadoria, impõe sobre o trabalho vivo o estigma da precariedade social.

Tão logo, a partir deste entendimento, Alves (2007) expõe o seu conceito de precarização, que encontra-se relacionado à expressão da dimensão histórica estabelecida pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre o capital e o trabalho. Segundo ele, “[...] a precarização é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado” (Alves, 2007, p. 115).

Além dos aspectos supracitados, que evidenciam os efeitos da globalização e do neoliberalismo sobre o ensino superior brasileiro, evidenciados, por exemplo, na expansão dos cursos de graduação e pós-graduação privados e na precarização e flexibilização dos vínculos trabalhistas estabelecidos entre as IES e seus docentes, convém, ainda, destacar alguns desafios, expressos por Sennett (2006), que impostos, contemporaneamente, aos trabalhadores e que podem ser percebidos no cotidiano docente nas IES.

O primeiro desafio diz respeito ao tempo. Segundo Sennett (2006), não é uma tarefa simples “cuidar de relações de curto prazo, e de si mesmo, e ao mesmo tempo estar sempre migrando de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro” (p.13).

Com relação a este aspecto, convém destacar que o fato de significativa parte dos professores das IES privadas ser contratada como horista traz consigo a necessidade dos docentes, para conseguirem um salário digno, dedicarem mais tempo às atividades em sala de aula, deixando em segundo plano a prática da pesquisa, as publicações e a participação em eventos científicos.

O segundo desafio encontra-se atrelado ao talento, ou seja, ao desenvolvimento de novas capacitações, à capacidade de descobrir novos potenciais, à medida que vão mudando as exigências da realidade.

Em termos práticos, na economia moderna, a vida útil de muitas capacitações é curta; na tecnologia e nas ciências, assim como em formas mais avançadas de manufatura, os trabalhadores precisam atualmente se reciclar a cada período de oito ou doze anos. O talento também é uma questão cultural. A ordem social que vem surgindo milita contra o ideal do artesanato, de aprender a fazer bem apenas uma coisa, compromisso que frequentemente pode revelar-se economicamente destrutivo (Sennett, 2006, pg. 13 e 14).

Os dados do censo do ensino superior brasileiro, de 2022 evidenciam o constante processo de atualização e aperfeiçoamento por parte dos docentes dessa modalidade de ensino. No que concerne à qualificação acadêmica, observa-se um expressivo salto qualitativo no perfil dos docentes em exercício no país. Se em 2011 os mestres superavam numericamente os doutores, o cenário atual reflete o amadurecimento do sistema de pós-graduação *stricto sensu* e maiores exigências regulatórias. Conforme os dados de 2022, a participação de profissionais com titulação de doutorado atingiu 49,6%, enquanto os detentores de título de mestrado representam 38,7% do total de funções docentes (INEP, 2023). Somadas, essas categorias compõem mais de 88% do corpo docente do ensino superior, evidenciando uma política de titulação que, embora consolidada, apresenta ritmos distintos de absorção entre as instituições públicas e privadas.

Sobre este assunto, manifesta-se Oliveira (2003):

Os trabalhadores docentes se veem forçados a dominar práticas e saberes antes desnecessários ao exercício de suas funções. A pedagogia de projetos, a transversalidade dos currículos, as avaliações formativas, enfim, são muitas as novas exigências que esses profissionais se veem compelidos a responder (p. 34).

Além da exigência por qualificação, os docentes são cada vez mais exigidos no tocante a sua produção acadêmica, de acordo com Bosi (2007), “o resultado dessa política tem se materializado num crescimento cavalariço da produção e da

produtividade acadêmica, cujo objetivo se encerra no próprio ato produtivo, isto é, ser e sentir-se produtivo” (p. 1513).

De acordo com Campos, Silvestre e Lopes (2004), sob esta lógica, os professores tornam-se reféns dos critérios de produtividade que, ao instituírem novos valores no espaço acadêmico, ressocializam todas as atividades componentes do trabalho docente, permitindo e legitimando, ao mesmo tempo, a invasão crescente do tempo do trabalho na vida dos professores.

Por fim temos o terceiro desafio discutido por Sennett (2006), este se vincula à proposta, elaborada a partir da cultura moderna, de um conceito de meritocracia, que antes abre espaço para as habilidades potenciais do que para as realizações passadas. Ilustra ao autor:

A responsável por uma empresa dinâmica declarou recentemente que ninguém tem o emprego garantido em sua organização e, particularmente, que os serviços prestados não significam garantia de perenidade para nenhum empregado. Como reagir a semelhante afirmativa de maneira positiva? Para isso, é necessário um traço de caráter específico, uma personalidade disposta a descartar-se das experiências já vivenciadas. É uma personalidade que mais se assemelha a do consumidor sempre ávido de novidades, descartando bens antigos, embora ainda perfeitamente capazes de ser úteis, que a do proprietário muito zeloso daquilo que já possui (Sennett, 2006, p.14).

Quando relacionamos este último desafio ao trabalho docente, convém destacarmos um trecho de um artigo de Chrispiano (2006) citado por Bosi (2007):

Nessa ‘cultura da produtividade’, explica Leopoldo de Méis, do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ser ou não ser um cientista reconhecido é um ritual que se repete constantemente, a cada edital. Se parar de publicar, você perde a bolsa, não ganha mais auxílio. É ejetado do sistema, não interessa o que você fez no passado. O que interessa são os últimos dois, três anos (p.1516).

Tão logo, concordamos com Maroneze e Noma (2010), quando as autoras evidenciam que o caráter flexível, predominante na dinâmica produtiva do capital, estabelece uma nova organização social da produção, que impõe condições totalmente desfavoráveis ao trabalhador, por neutralizar o caráter político das lutas de classe e fragmentar a legislação trabalhista. O desmantelamento dos direitos conquistados dificulta qualquer movimento opositor às forças conservadoras, comprometidas com o projeto vinculado aos interesses hegemônicos do capital.

Por fim, destacamos, conforme nos explica Alves (2009), que esta precarização do trabalho deve ser percebida como uma ofensiva do capital à subjetividade do trabalhador através de um mercado, cada vez mais, fragmentado e que se encontra numa busca constante pela desqualificação da força de trabalho humana. Sob esta lógica, o trabalho docente também se situa em meio a essas novas configurações que se apresentam ao mundo trabalho, que têm como marca uma intensa exploração da força de trabalho docente e a precarização e flexibilização dos vínculos empregatícios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste estudo permite concluir que a inserção do assistente social na docência do ensino superior não se desvincula das macroestruturas que regem o mundo do trabalho sob a égide do capital financeirizado. O que se observa é uma transposição das precariedades históricas da profissão para o campo acadêmico, agora sob novas e sofisticadas roupagens de exploração pedagógica.

A pesquisa documental, amparada nos dados do Censo da Educação Superior de 2022, revelou que o cenário de expansão mercantil da educação no Brasil consolidou um abismo estrutural entre as redes pública e privada. A hegemonia do setor privado, que hoje detém 88% das matrículas, impõe ao docente assistente social um regime de trabalho marcado pela volatilidade. A figura do "professor horista" e a baixa densidade de contratos de dedicação integral nas IES privadas (apenas 28,3%) materializam a expropriação do tempo de sobretrabalho, uma vez que as atividades de planejamento, correção e orientação não encontram lastro na remuneração direta, configurando o que a teoria marxista define como intensificação da exploração da força de trabalho.

Verificou-se, ainda, uma contradição inerente ao produtivismo acadêmico contemporâneo: ao mesmo tempo em que as exigências por qualificação atingiram níveis inéditos — com o doutorado tornando-se a titulação majoritária (49,6%) —, essa sofisticação intelectual não foi acompanhada por uma correspondente valorização salarial ou estabilidade contratual. Pelo contrário, o "talento" e a "titulação" são frequentemente utilizados como mecanismos de pressão meritocrática, onde o saber acumulado é descartado em prol de metas imediatistas

de produtividade, conforme os desafios da cultura moderna apontados por Sennett (2006).

Portanto, o trabalho docente para o assistente social nas instituições privadas revela-se como um espaço de resistência ética e política. A precarização e a flexibilização dos vínculos não são meros acidentes de gestão, mas ferramentas estratégicas de um Estado neoliberal que trata a educação como um setor de serviços não exclusivos. Diante deste quadro, urge que a categoria profissional reafirme seu compromisso com a qualidade da formação profissional e com o enfrentamento à lógica mercantil, compreendendo que a defesa dos direitos trabalhistas dos docentes é, em última instância, a defesa da própria qualidade do serviço oferecido à sociedade e do projeto ético-político do Serviço Social.

Em suma, a docência, embora se apresente como um campo sócio-ocupacional legítimo e necessário, exige um olhar crítico constante para que o assistente social não se torne apenas um executor de protocolos educacionais, mas permaneça como um sujeito intelectual capaz de desvelar as contradições do capital que tentam fragmentar sua identidade e sua dignidade laboral.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

\_\_\_\_\_. A condição de proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: As políticas sociais e o Estado democrático pós-neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Cursos de Serviço Social no Ceará. Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 06 abril. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2011. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 06 de abril de 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2022. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 06 de abril de 2026..

CAMPOS, M. B. L.; SILVESTRE, C. M.; LOPES, R. H. B. O professor universitário: um estudo sobre atividade acadêmica e tempo livre. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, ano 14, n. 34, p. 67-74, out. 2004.

CHRISPIANO, José. Todo poder à avaliação. Revista da Adusp, São Paulo, n. 36, p. 26-35, jan. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 1993.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 121-136, 2010.

GUTIERREZ, A.; LONG, V.; PARGA, R. Teses sobre a crise do capitalismo e a conjuntura mundial. In: Seminário partidos políticos e uma nova sociedade, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2011: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 07 abr. 2026.

\_\_\_\_\_. Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 07 abr. 2026.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti; NOMA, Amélia Kimiko. A precarização do trabalho no contexto da mundialização do capital. In: Seminário sobre trabalho, 2010.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRATES, Jane Cruz. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SENNETT, Richard. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

